



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
GABINETE DO REITOR  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700  
gabinete@uffs.edu.br, [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## ANEXO I – EDITAL Nº 36/GR/UFGS/2020

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROCESSO SELETIVO COREMU/2020

#### CONHECIMENTOS GERAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENÇÃO BÁSICA

**Observação:** Será considerada a legislação vigente, incluindo alterações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais até a data da publicação deste Edital.

1. AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Saúde soc. [online]. vol. 13, n. 3, pág. 16-29, 2004. ISSN 0104- 1290. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/03.pdf>. Acesso em: 12/09/2019.
2. BAHIA, Lígia. Padrões e mudanças no financiamento e regulação do Sistema de Saúde Brasileiro: impactos sobre as relações entre o público e privado. Saúde Soc., São Paulo , v. 14, n. 2, p. 9-30, 2005.
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Artigos 196 a 200.
4. BRASIL. Decreto Nº 7.508, de 28 De Junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Orgânica da Saúde.
6. BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. A Experiência da diretriz de ambiência na Política Nacional de Humanização – PNH. Brasília, DF, 2017.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de Setembro de 2017 – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. TÍTULO I – Dos direitos e deveres dos usuários. TÍTULO II – Da organização.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
10. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2,p. 219-230, Jul., 2000.
11. CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M.. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 41-65, Jun., 2004 .
12. CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. Modelos tecno-assistenciais em saúde: da pirâmide ao círculo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700  
gabinete@uffs.edu.br, [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

<p>uma possibilidade a ser explorada. <i>Cad. Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro, v.13, n. 3, p. 469-478, Sept., 1997.</p>
<p>13. COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. <i>Cad. Saúde Pública</i>, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1614-1619, Jul., 2009.</p>
<p>14. CARVALHO, Y.; CECCIN, R. B. Formação e educação em saúde: aprendizados com saúde coletiva. In: CAMPOS, G. W. de S. et al. (Orgs.). <i>Tratado de saúde coletiva</i>. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.</p>
<p>15. GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José de Carvalho; CARVALHO, Antonio Ivo de Carvalho (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2ª Edição. 2012. Capítulo 12.</p>
<p>16. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. <i>Ciênc. saúde coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 721-730, 2009.</p>
<p>17. LUZ, Madel T. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. <i>Saúde Soc.</i>, São Paulo, v.18, n.2, p.304-311, Jun., 2009.</p>
<p>18. MERHY, Emerson Elias. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde – uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In: REIS, A.T., SANTOS, A. F., CAMPOS, C.R., MALTA, D.C., MERHY, E.E. (Orgs.) <i>Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público</i>. São Paulo: Xamã, 1998. p.103-120.</p>
<p>19. MERHY, Emerson Elias. <i>Saúde, a cartografia do trabalho vivo</i>. São Paulo: Hucitec, 2002.</p>
<p>20. MERHY, Emerson Elias. <i>A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência</i>. Rio de Janeiro. UFF.</p>
<p>21. PAIM, Jairnilson; TRAVASSOS, Cláudia, ALMEIDA, Célia; BAHIA, Ligia, MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. <i>Lancet</i>. (Série Brasil). p. 11-31, Mai., 2011.</p>
<p>22. PAIM, Jairnilson. Planejamento em saúde para não especialistas. In: CAMPOS, Gastão W.S; BONFIM, J.S.A; MINAYO, M.C.S; AKERMAN, M; DRUMOND Jr. M; CARVALHO, Y. M. (orgs.). <i>Tratado de Saúde Coletiva</i>. 2ed. rev. amp. São Paulo: Hucitec, 2016, p. 767-782.</p>
<p>23. ROLIM, Leonardo Barbosa; CRUZ, Rachel de Sá Barreto Luna Callou; SAMPAIO, Karla Jimena Araújo de Jesus Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. <i>Saúde em Debate</i>, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar., 2013.</p>
<p>24. SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de. O SUS necessário e o SUS possível: estratégias de gestão. Uma reflexão a partir de uma experiência concreta. <i>Ciência &amp; Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 3, p. 911- 918, Jun., 2009.</p>
<p>25. VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. <i>Cad. Saúde Pública</i> vol.14 suppl.2 Rio de Janeiro 1998.</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700  
gabinete@uffs.edu.br, [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FARMÁCIA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. <a href="#">Portaria nº. 3.916, de 30 de outubro de 1998</a> : Dispõe sobre a Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, 1998.
2. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. <a href="#">Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004</a> . Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. <a href="#">Portaria GM/MS nº 204/2007, de 29 de janeiro de 2007</a> . Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. <a href="#">ANVISA. RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009</a> . Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. <a href="#">Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde</a> / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009
6. BRASIL. Ministério da Saúde. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Assistência Farmacêutica no SUS. Coleção Pró- Gestores - Para entender a Gestão do SUS. Vol. 7. Brasília: CONASS, 2011.
7. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. <a href="#">Uso Racional de Medicamentos - Temas Selecionados</a> . Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. <a href="#">Práticas Integrativas e complementares: Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica</a> / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica.-Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.: il.-(Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 31).
9. BRASIL, Ministério da Saúde. <a href="#">Portaria GM/MS nº 1554/13, de 30 de julho de 2013</a> . Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
10. BRASIL, Ministério da Saúde. <a href="#">Portaria GM/MS nº 1555/13, de 30 de julho de 2013</a> . Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cuidado farmacêutico na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. - 1. ed ver. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Cadernos 1 e 2.
13. LEITE, Silvana Nair; FARIAS, Marení Rocha.; MANZINI, Fernanda ; MENDES, , Samara Jamile; ROVER, Marina Raijche Mattozo. Gestão da Assistência Farmacêutica : proposta para avaliação no contexto municipal : a experiência em Santa Catarina 2015/ Silvana Nair Leite (orgs.) ... [et al.]. –



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700  
gabinete@uffs.edu.br, [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

Florianópolis : Editora da UFSC, 2015. 167 p.
14. MANZINI, Fernanda. et al. O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. 298 p
15. FARIAS, Marení Rocha. Seleção de medicamentos / organização de Marení Rocha Farias...[et al.]– Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 188 p. : il., graf., tabs. – (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica ; v. 3)
16. DIEHL, Eliana Elisabeth; SANTOS, Rosana Isabel dos; SCHAEFER, Simone da Cruz. Logística de medicamentos. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2016. 152 p. : il., graf., tabs. – (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica ; v. 4)
17. FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita; FERREIRA, Maria Beatriz Cardoso Ferreira. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 5.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
18. KATZUNG, B.G. Farmacologia básica e clínica.13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.
19. MARIN, N. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: OPAS/OMS, 2003.